



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005885-70.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil**  
 Requerente: **Rosinete Silva Siqueira**  
 Requerido: **Marcelo Bertacini**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Rosinete Silva Siqueira intentou ação de indenização por danos materiais e morais em face de Marcelo Bertacini. Aduziu que o requerido atuou, em seu favor, como advogado em feito no qual saiu vencedora, merecendo receber quantia em dinheiro. Ocorre que em 30/05/2014 o requerido levantou a totalidade da quantia depositada no feito originário – R\$27.900,91 -, nada lhe repassando. Aduziu que por diversas vezes o contatou, ouvindo que deveria procurar em seu banco, pois os valores já estavam depositados, o que sempre constatou ser mentiroso.

Como nada obteve até o ajuizamento desta ação, ela foi necessária. Busca, além de danos morais, o valor de R\$36.861,81, já descontados os honorários advocatícios aos quais o requerido fazia jus.

Citado (fl. 78), o réu contestou a ação. Disse que o valor pactuado a título de honorários era de 30% sobre o proveito econômico e que, *verbis*: "Diante da divergência referente aos honorários advocatícios, ainda não houve a prestação de contas." Por fim, pediu a improcedência, sem acostar qualquer documento.

Em réplica, a autora disse que, de fato, não houve impugnação, e que inexistiu contrato no sentido de ter o réu direito a 30% sobre o proveito econômico, nada provando ele, a esse respeito.

Sobreveio decisão instando as partes a se manifestarem quanto a uma possível conciliação, ou mesmo sobre as provas que entendiam necessárias. A autora se manifestou às fls. 90/91, informando ser o caso de julgamento no estado. O requerido permaneceu inerte (fl. 92).

**É o relatório.**  
**Decido.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O feito está apto ao julgamento, possuindo todos os elementos necessários à sua correta compreensão. Ademais, a parte autora requereu o julgamento no estado e o réu permaneceu inerte, o que fala por si.

No tocante ao mérito, os documentos de fls. 12/58 não deixam dúvidas sobre o mandato concedido pela autora ao réu, estando a procuração acostada à fl. 24. A guia de levantamento foi expedida em nome do requerido (fl. 55), sendo por ele retirada aos 30/05/2014 (fl. 56), com o recebimento da quantia integral (R\$28.064,47), na mesma data (fl. 57).

Não há dúvidas, portanto, de ter o réu recebido tal valor, o que foi, inclusive, confessado em contestação.

Por mais incrível que possa parecer, a contestação (neste feito) foi juntada pelo próprio requerido, atuando em causa própria, aos 26/07/2016, com a singela alegação de que:

"Diante da divergência referente aos honorários advocatícios, ainda não houve a prestação de contas."

Difícil acreditar a dificuldade que pode ter existido para que um advogado que não é iniciante nas lides forenses – OAB-SP nº 19.397-, tenha recebido a quantia integralmente aos 30/05/2014 e, mais de dois anos depois, não tenha conseguido "prestar contas"...

Aliás, mesmo sendo verídica a história quanto à suposta divergência em relação aos honorários aos quais vazia jus, a única saída cabível ao advogado era repassar à constituinte a quantia incontroversa, visto ser ela a legítima titular do crédito, mas nunca, sob hipótese nenhuma, poderia priva-la do dinheiro que lhe pertencia, o que perdurou por mais de dois anos e perdura até os dias de hoje, sem qualquer explicação. O então patrono deveria obedecer aos ditames da Lei nº 8.906/94, em especial ao seu artigo 22 e seguintes, longe estando de fazê-lo.

E, repito, não houve nenhuma mínima explicação para o ocorrido. Simples leitura da contestação nestes autos, e o comportamento do requerido, nada falando sobre as provas que pretendia produzir, quando era pertinente, evidenciam que não houve impugnação específica aos pedidos iniciais, não tendo o causídico/requerido provado nenhuma de suas alegações, o que era sua obrigação, a teor do artigo 373, II, do NCPC.

Dessa forma, diante do exposto, absolutamente inverossímil que tenha contratado os honorários da forma que indicou, sem prova alguma, repita-se, o que leva à procedência do pleito inicial, nesse tocante.

Em relação aos danos morais, tenho que o presente caso não cuida de simples descumprimento contratual, mas sim de atos que podem muito bem configurar crime – artigo 168,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

§ 1º, III, do CP -, e infrações administrativas – artigo 34, XX, XXI e XXV, da Lei nº 8.906/94.

Ademais, os advogados são – e devem ser vistos – como profissionais indispensáveis e necessários à administração da Justiça, exigindo-se lisura e dedicação em seu constitucional mister. Aquele que age em disparidade às exigências legais prejudica não só o seu constituinte, como também macula a própria classe, formada, na sua quase integralidade, por profissionais capazes, éticos e dignos de todo o respeito.

Assim, e respeitadas posições contrárias, é caso de se reconhecer a necessidade de reparação por abalo moral à autora, não só pelos argumentos já expostos, mas inclusive pela *via crucis* que foi obrigada a suportar, com mentiras contadas pelo requerido quanto a ter feito o depósito bancário do que era devido, sem que isso tivesse ocorrido.

A parte requereu o pagamento de R\$3.000,00 a esse título, quantia que é concedida, mesmo parecendo pequena diante do caso concreto. A inicial tratou o montante como pedido certo, e não mera estimativa, não sendo o caso de se extrapolar o buscado.

Conforme o exposto, julgo procedentes os pedidos iniciais, para condenar o requerido a pagar à autora a quantia de R\$36.861,81, que deve ser corrigida monetariamente desde a distribuição, com juros moratórios desde a citação, além de R\$3.000,00 a título de danos morais. Quanto a eles, como o fator tempo já foi considerado para a fixação do *quantum*, a correção e os juros serão contados desde a data de publicação desta sentença.

Pagará o requerido, ainda, as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor atualizado da condenação.

**Diante da possível prática de crime pelo requerido – artigo 168, §1º, III, do CP – bem como de infração ético-disciplinar – artigo 34, XX, XXI e XXV, da Lei nº 8.906/94 – extraiam-se cópias desta sentença e das seguintes páginas: 01/08, 12/58, 79/80, 84/86 e 90/92, encaminhando-se à Polícia Judiciária, ficando requisitada a instauração de IP para a apuração dos fatos, e ao presidente da OAB local, para a devida apuração, se entender pertinente.**

PIC

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente)

São Carlos, 05 de outubro de 2016.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**